

ATA 003/2025

Elaborado por: Assessoria da ALSB		Ref.: Reunião da Aliança Láctea
Data: 18/11/2025	Horário: 9h30	Local: Híbrida Presencial – FAESC e Online

- 1. ABERTURA DA SALA PARA ACESSO À REUNIÃO VIRTUAL:** A reunião da Aliança Láctea Sul-Brasileira foi aberta às 09h31, com acesso virtual aos participantes e representantes das entidades dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.
- 2. ABERTURA:** O coordenador Rodrigo Rizzo abriu a reunião saudando os participantes presenciais e online, passando à apresentação dos presentes. Na sequência, José Zeferino Pedrozo, Presidente da FAESC e anfitrião do encontro, saudou os participantes e destacou a gravidade da crise enfrentada pelo setor, especialmente pelos pequenos produtores. Relatou que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizou audiência pública que reuniu mais de 700 produtores, evidenciando a dimensão do problema e o esforço das entidades, incluindo a CNA, cujo pleito de antidumping para as importações ainda não teve solução. Ressaltou que a FAESC tem buscado cumprir seu papel, embora o setor lácteo, assim como o do arroz, não tenha recebido a devida atenção do governo federal. Na sequência, Ademir Dallacort, Secretário-Adjunto da Agricultura de SC, representando o Secretário Carlos Chiodini, afirmou que a região Oeste de Santa Catarina é a mais relevante para o setor no estado, composta majoritariamente por pequenos municípios e agricultores familiares. Informou que a Secretaria de Estado estuda reativar a Câmara Setorial do Leite e destacou duas questões prioritárias: a proibição da reidratação de leite em pó em todo o país e o crescimento expressivo das importações, que agrava a crise. Rodrigo Rizzo reforçou que a reidratação já é proibida pelo Decreto 9.013/2017 (RIISPOA), sendo necessária a definição de penalidades que assegurem o cumprimento da norma. Selvino Giesel, Presidente do SINDILEITE-SC, informou que, segundo dados do Conseleite, há o indicativo de aumento de 15% na captação de leite nos meses de agosto, setembro e outubro em relação ao ano anterior, sem correspondente evolução do consumo. Relatou dificuldades financeiras no setor, incluindo pedidos de recuperação judicial e risco de inadimplência entre produtores e indústrias. Defendeu que o Governo Federal realize compra governamental de leite em pó em volume significativo, cerca de 100 mil toneladas, prioritariamente de empresas que não importam. Sugeriu que a solução para o dumping seja cobrada com firmeza e que a rotulagem dos produtos importados seja equiparada à dos nacionais. Allan Tormen, representando o Presidente da FARSUL, Gedeão Silveira Pereira, ressaltou o aumento expressivo das importações, que passaram de 4% para 8%, impulsionadas por novas empresas importadoras, incluindo redes de fast-food, supermercados e indústrias de chocolate. Destacou que as ações políticas até o momento tiveram baixa efetividade e defendeu que produtores e indústrias recebam condições equivalentes às oferecidas por Argentina e Uruguai, lembrando que equipamentos de ordenha são até 30% mais caros no Brasil. Apontou ainda que os produtores seguem investindo, o que tende a elevar mais ainda a oferta, sendo necessário expandir os mercados consumidores. Na sequência, Antônio de Quadros Neto, representando o Secretário da Agricultura do RS, Edivilson Brum, informou que o Estado trabalha na criação de alternativa produtiva por meio do projeto “Lavoura de Carne”, que envolve mais de 40 entidades e busca estimular a retomada da pecuária de corte como matriz complementar dentro das propriedades, promovendo diversificação produtiva. Darlan Palharini, Secretário-Executivo do SINDILAT/RS, destacou a gravidade da crise e a necessidade de unificação das demandas do

setor. Ressaltou que a reidratação de leite em pó não é praticada pelas indústrias. Informou que o documento conjunto dos Conseleites aponta os principais importadores de queijo muçarela e leite em pó no acumulado de 2025, entre os quais se destacam: no caso da muçarela, Armazém Mateus S.A., Global Opportunities, F.C. Trading, Seara Alimentos e outros 58 importadores; e no caso do leite em pó, Chocolates Garoto Ltda., Leitesol Indústria e Comércio de Alimentos, Global Opportunities, First S/A e outros 53 importadores. Citou ainda que queijos utilizados para produtos congelados e leite em pó destinado à indústria de chocolates têm origem majoritariamente importada. Defendeu que as licenças de importação deixem de ser automáticas e passem a ser manuais e analíticas. Lembrou que, após 2014, o crescimento da produção foi praticamente nulo, e que a retomada recente exige apoio governamental, estimando serem necessários investimentos superiores a casa do bilhão e mais de 100 milhões de toneladas de capacidade produtiva. Rizzo reforçou que as licenças deveriam ser assinadas exclusivamente pelo Ministro. Ronei Volpi, representando a FAEP e a CNA, relatou aumento de até 500% nas custas cartoriais para produtores rurais, tema que está sendo combatido pela FAEP. Ressaltou que, apesar das evidências, o pedido de antidumping não tem sido acolhido pelo Governo Federal, que demonstra baixa disposição em proteger o produtor nacional devido a interesses de livre comércio. Destacou que a produção nacional cresce, as importações permanecem elevadas e o consumo está estagnado, compondo a tempestade perfeita que derruba preços ao produtor e à indústria. Não vê perspectivas de avanço na demanda por compras governamentais, pois o controle da inflação tem sido prioridade do governo. Defendeu a continuidade das ações institucionais. Otamir Martins, da ADAPAR, representando o Secretário Marcio Fernando Nunes, relatou que o Paraná discute a crise em várias instâncias e que cabe regulamentar a proibição da reidratação. Citou iniciativas do Estado para ampliar o consumo, como a expansão do programa de leite para crianças, que hoje atende 90 mil e pode ser ampliado para incluir crianças de até 4 anos, e ajustes para permitir a aquisição de leite pasteurizado para a merenda escolar. O Secretário Márcio Nunes, manifestou preocupação com a situação dos produtores e afirmou que o Paraná e o Brasil possuem volume de leite em pó suficiente para suprir o mercado, tranquilizando empresas que têm buscado informações sobre o abastecimento. Elias José Zydek, Presidente do SINDILEITE-PR, afirmou que a solução passa por atuar tanto na oferta quanto na demanda. Destacou a baixa competitividade nacional frente a outros países devido a custos tributários e financeiros elevados e à facilidade de importação, afirmando que a fiscalização é insuficiente. Criticou a assimetria de exigências entre produtos nacionais, rigidamente fiscalizados, e importados. Reforçou o pleito de redução tributária sobre derivados lácteos e a necessidade de aquisição governamental de leite em pó nacional com fiscalização. Destacou ainda importância de legislação adequada para análogos lácteos. Rizzo complementou informando que o tema da rotulagem está em discussão na Câmara Setorial Federal. Marcelo Bertoni, Presidente da FAMASUL, declarou que Mato Grosso do Sul acompanha com preocupação a crise que afeta de forma ainda mais intensa os estados do Sul. Afirmou que, sem acesso a mercados externos, torna-se difícil equilibrar a atividade. Ressaltou a necessidade de avanço no antidumping, considerando o impacto direto sobre pequenos produtores e agroindústrias familiares. Abraão Giuseppe Beluzi, Presidente do SILEMS, reforçou as manifestações anteriores, destacando que o Mato Grosso do Sul também registra queda na produção e que a situação exige posicionamento conjunto. Relatou que os sindicatos têm se posicionado individualmente, mas que a gravidade do cenário demanda ação coletiva estruturada.

- 3. INFORMES DA PRESIDÊNCIA DA ALSB – RODRIGO RAMOS RIZZO - IMPORTAÇÕES (ANTIDUMPING) - CALENDÁRIO 2026 - CENÁRIO ATUAL (RUY SILVEIRA NETO - FARSUL):** Rodrigo Rizzo passou a palavra a Guilherme Dias, da CNA, que reiterou que o antidumping é a única medida capaz de gerar impacto imediato. Relatou a realização de audiência pública sobre o

tema, com novas agendas marcadas para os dias 26/11/2025 e 03/12/2025, essenciais para reversão do entendimento vigente e avanço do pleito. Destacou que a CNA propõe unificação das demandas e aprovação das medidas antidumping. Rizzo registrou que a Aliança Láctea encaminhou documentos ao Governo Federal apoiando as propostas, sem retorno até o momento. Foram apresentados os locais e datas das reuniões ordinárias da Aliança Láctea para 2026: 03/03 em Curitiba (PR); 02/06 em Campo Grande (MS); 01/09 em Esteio ou Porto Alegre (RS); e 24/11 em Florianópolis (SC), sempre às terças-feiras, das 10h às 13h. Ruy Silveira Neto, da FARSUL, apresentou projeções indicando que a aquisição de leite no Brasil deverá fechar o ano com crescimento de 7%, sendo que nos estados da Aliança Láctea o aumento é ainda maior, atingindo 10,2%. Informou que 2025 poderá superar 2016 e possivelmente 2024 em volume de importações, o que faria do ano o segundo maior da série histórica. Relatou queda nos valores do GDT e do preço internacional, bem como no dólar. O índice de insumos para produção de leite cru acumula redução de 3,29% no ano, contribuindo para diminuir custos do produtor. A expectativa é de recuperação de preços somente a partir de abril. Rizzo solicitou que todos atualizassem seus cadastros por meio do link encaminhado ao grupo de WhatsApp e por e-mail.

4. **TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ALSB – ORLANDO PESSUTI CODESUL:** Representando Orlando Pessuti, do CODESUL, o Davi Pinezi informou que a reunião dos governadores do bloco está agendada para o dia 16 de dezembro, em local ainda a ser definido, no Estado do Paraná. Comunicou que o tema referente ao setor lácteo encontra-se incluído na pauta oficial do encontro, o que reforça a relevância e urgência das demandas apresentadas pela cadeia produtiva.
5. **SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SÃO PAULO – SECRETÁRIO GUILHERME PIAI:** José Carlos de Faria Cardoso Júnior registrou que, por se tratar de sua primeira participação, ainda não teria contribuições substanciais para acrescentar ao debate, mas reiterou integralmente a manifestação do Secretário da Agricultura de São Paulo. Informou que encaminhará ofício solicitando a inclusão do Estado de São Paulo na Aliança Láctea, comprometendo-se a colaborar de forma mais ativa após a formalização da adesão. Acrescentou que o Estado, assim como os demais, também trabalha em medidas próprias para enfrentamento da crise no setor. Ronei Volpi reforçou que o conceito da ALSB é unir sindicatos, federações e governos, motivo pelo qual as entidades representativas de São Paulo devem integrar-se conjuntamente ao processo de adesão.
6. **ATUALIZAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIOS PARA EXPORTAÇÃO DE LÁCTEOS – AIRTON SPIES:** Airton Spies apresentou a Proposta da ALSB ao CODESUL e ao BRDE – Modelo de Negócios para Exportação de Látex da Região Sul do Brasil, elaborada pelo Grupo de Trabalho da ALSB, trazendo versão preliminar para apreciação. Em sua exposição, destacou que o plano parte do diagnóstico de que o Brasil enfrenta baixa competitividade internacional, com custos médios superiores aos dos principais exportadores, o que limita as vendas externas e amplia a vulnerabilidade às importações do Mercosul. O documento projeta que, para sustentar o crescimento previsto da produção, será necessário instalar capacidade industrial exclusiva para exportação equivalente a 6,16 bilhões de litros/ano até 2035, iniciando com a implantação de uma planta industrial de 2 milhões de litros/dia em cada estado até 2027, além de quatro novas unidades a partir de 2030. Cada planta demandaria cerca de R\$ 300 milhões e operaria com produção média de 304 toneladas de leite em pó por dia, combinável com outras commodities (manteiga, desnatado, soro, butteroil e cheddar). Foi ressaltado que, em 94% dos últimos 35 meses, o custo brasileiro de produção de leite em pó (média de US\$ 4.520/t) superou o preço internacional do GDT (média de US\$ 3.476/t), resultando em déficit médio de competitividade de US\$ 1.044/t. Para viabilizar exportações regulares nesse cenário, seria necessário um processo de

equalização estimado em R\$618,36 milhões/ano, acompanhado de investimentos obrigatórios na eliminação dos principais gargalos de eficiência no campo e na indústria. O plano inclui ainda um conjunto de mecanismos financeiros, como crédito subsidiado pelo BRDE e BNDES, crédito presumido de ICMS, criação de um Fundo de Equalização das Exportações, uso estratégico do programa federal “Mais Leite Saudável” e incentivos condicionados ao cumprimento de metas de competitividade, buscando assegurar condições similares às praticadas por países concorrentes. Entre os condicionantes do programa, destacam-se a obrigatoriedade do pagamento por sólidos, a priorização do Mato Grosso do Sul inicialmente para abastecimento interno, a exigência de que indústrias e produtores aderentes tenham compromisso formal com exportações e a adoção de modelos de parceria inspirados na integração da avicultura e suinocultura. O foco central permanece na exportação de commodities lácteas em larga escala, sem excluir oportunidades de nicho em produtos de maior valor agregado. Darlan Palharini destacou que o desafio é expressivo e que nenhuma indústria pode exportar incorrendo em prejuízo, assim como nenhum produtor pode receber menos para viabilizar as vendas externas. Questionou por que o Brasil não aplica políticas semelhantes às adotadas por Argentina e Uruguai, que avançaram no mercado brasileiro, reforçando que, se mudanças estruturais não forem implementadas, novas crises se repetirão. Observou que o consumidor não aumentará o consumo apenas por ser produto brasileiro, sendo necessárias medidas reais de competitividade. Orlando Pessuti apoiou o encaminhamento e sugeriu que o documento, após revisões, seja formalmente entregue aos governadores na reunião do dia 16/12/2025, colocando-se à disposição como interlocutor junto ao BRDE, atualmente sob presidência paranaense. Allan Tormen enfatizou que o mercado internacional não remunera o produtor nos padrões brasileiros, e que o setor só avançará quando houver consciência plena de que o que importa é o teor de sólidos. Ronei Volpi reforçou a importância da apresentação formal da proposta aos governadores e observou que a cadeia precisa escolher entre controlar a produção ou, como propõe a Aliança Láctea, buscar novos mercados. Palharini reiterou que o documento ainda necessita de ajustes e que. Spies esclareceu que a reunião tem justamente o objetivo de colher contribuições e aperfeiçoamentos. Zeferino, representante da FAESC, propôs que, se necessário, seja realizada reunião extraordinária da Aliança Láctea com o objetivo de consolidar um consenso final antes da apresentação do documento ao CODESUL. Caio Vianna afirmou que o Rio Grande do Sul irá dialogar internamente, alinhar as contribuições e enviar suas sugestões de forma harmônica, reforçando o compromisso com a construção conjunta da proposta. O Presidente Rodrigo Rizzo recomendou que todos encaminhem suas sugestões para a versão final do documento.

7. STATUS SANITÁRIO PNCEBT “CASE DA CCGL” – CACAIO (SEAPI) CAIO VIANA (CCGL):

Cacaoio, representante da SEAPI, informou que a Secretaria já disponibilizou em seu site o cadastro voluntário para produtores do Rio Grande do Sul que desejarem aderir ao sistema de rastreamento bovino, iniciativa considerada fundamental no fortalecimento das bases sanitárias da cadeia leiteira. Na sequência, Caio Viana (CCGL) ressaltou que os entraves sanitários e estruturais do setor não podem permanecer indefinidamente e que a solução depende de união, coordenação e visão de longo prazo, lembrando que a cadeia leiteira passará pelos mesmos processos evolutivos que outras cadeias agropecuárias já enfrentaram no Brasil. Destacou que há medidas urgentes, como o enfrentamento das importações e a necessidade de equivalência regulatória para produtos nacionais e importados, além de medidas estruturantes, nas quais o projeto apresentado por Airton Spies contribui de forma consistente para traçar soluções de médio e longo prazo. Reforçou que o mercado internacional precisa ser conquistado, mas que atualmente a CCGL enfrenta uma defasagem entre US\$ 500 e US\$ 1.000 por tonelada em relação aos preços internacionais, o que requer avanços em eficiência produtiva, redução de custos, melhoria logística, revisões tributárias,

adequações em licenciamentos e aperfeiçoamento da política de fretes. Destacou, ainda, que o Programa Mais Leite Saudável permite ao setor realizar melhorias estruturais na produção, incluindo o enfrentamento dos problemas de tuberculose e brucelose, pré-requisitos para exportação. Informou que a CCGL desenvolve, via PLMS, um projeto robusto de certificação sanitária, abrangendo mais de mil propriedades certificadas e 80 mil vacas testadas, sendo que 53% do leite recebido pela cooperativa já provém de propriedades certificadas, beneficiando toda a cadeia produtiva. Silvana Trindade, Gerente de Operações – Suprimento de Leite da CCGL, e Vanessa Schneider, coordenadora do Programa de Brucelose e Tuberculose da cooperativa, relataram que o projeto iniciou em 2015, com foco na sensibilização dos produtores e contínuo aprimoramento das práticas sanitárias ao longo de dez anos. Explicaram que são prestadas contas regularmente ao Ministério da Agricultura e à Receita Federal, e que a adesão dos produtores é voluntária. O programa conta atualmente com 22 médicos veterinários habilitados, treinamentos permanentes e já realizou 223 mil análises de amostras de leite para controle leiteiro, contribuindo diretamente para a competitividade e sustentabilidade sanitária da produção. Esclareceram ainda que a operacionalização ocorre por meio do aplicativo SmartCoop, desenvolvido pelas cooperativas do Rio Grande do Sul, que integra e conecta diversos agentes do setor, facilitando processos, registros e controle sanitário. Caio Viana complementou informando que o SmartCoop foi criado para apoiar a gestão das propriedades, tanto agrícola quanto pecuária, incluindo solo, rebanho e, futuramente, também pecuária de corte. Destacou que uma das funcionalidades mais relevantes para a sustentabilidade econômica é a possibilidade de elaboração do Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) da propriedade, permitindo ao produtor conhecer com precisão seus custos, sua receita real e seu nível de eficiência.

8. **DIREÇÃO ALSB PERÍODO 2026 – 2027 – RODRIGO RAMOS RIZZO:** O Coordenador Rodrigo Rizzo agradeceu o apoio recebido durante sua gestão e destacou a importância da união entre os elos da cadeia produtiva no âmbito da Aliança Láctea. Informou que o biênio 2026–2027 ficará sob responsabilidade do Estado do Paraná, representado por Ronei Volpi, sugerindo a indicação de um suplente para apoiar a coordenação. Ronei Volpi parabenizou Rodrigo Rizzo pela condução da Aliança Láctea e afirmou que o Paraná assume a coordenação considerando o período entre a presente data e a próxima reunião como uma fase de transição. Explicou que há forte indicação de que a FAEP assumirá formalmente a coordenação, tendo ele próprio como coordenador, o que deverá ser confirmado até o próximo encontro. Reforçou que a responsabilidade da gestão passa a ser do Paraná e que, na reunião do CODESUL, prevista para dezembro, o estado estará presente representando oficialmente a ALSB.
9. **ASSUNTOS GERAIS E ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h48. A próxima reunião da Aliança Láctea Sul-Brasileira ocorrerá em Curitiba, no dia 03 de março de 2026.

Rodrigo Ramos Rizzo
Coordenador
Aliança Láctea Sul Brasileira